

RELATÓRIO CONSOLIDADO DA VISITA TÉCNICA À UNIDADE DE PLANEJAMENTO 3 (UP- 3)

COMITÊ GESTOR DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA MARÍTIMA DE MACEIÓ

RESUMO

A Visita Técnica foi realizada no dia 23 de janeiro de 2026, com início às 8h50 e encerramento às 14h30, tendo como objetivo analisar a viabilidade de implantação de passarelas sobre as fozes dos rios e subsidiar a elaboração de projetos de requalificação nos trechos compreendidos entre os acessos à praia, conforme deliberado na reunião realizada em 12 de dezembro de 2025. Foram realizadas três paradas previamente selecionadas em razão dos objetivos estabelecidos: a primeira na foz do Rio Sauaçuhy, a segunda na foz do Rio Pratagy e a terceira na foz do Rio Jacarecica. Além das finalidades inicialmente previstas, a visita possibilitou a identificação de dinâmicas territoriais que demandam atenção, tais como: impactos decorrentes da supressão de vegetação de restinga e manguezal sobre a biodiversidade costeira; ausência de acessos públicos abertos à praia, conforme previsto no Decreto nº 6.863/2008; carência de sinalização nas praias; ocupação da faixa de areia por barracas; adensamento construtivo em Áreas de Preservação Permanente (APPs); avanço de processos erosivos; e necessidade de ações permanentes de educação ambiental. Ressalta-se que as questões observadas encontram-se contempladas como ações ou diretrizes no Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima de Maceió (PGI). Tal constatação evidencia que, para além do cumprimento das disposições já estabelecidas no referido instrumento, mostra-se cada vez mais necessária a adoção de soluções técnicas fundamentadas em evidências científicas, orientadas pelos princípios da prevenção e da precaução, especialmente diante dos desafios impostos pela crise climática.

APRESENTAÇÃO

O presente documento consiste em relatório consolidado dos registros realizados pelos membros do Comitê Gestor por ocasião da Visita Técnica realizada em 23 de janeiro de 2026, no trecho norte da orla marítima de Maceió (Unidade de Planejamento 3 – UP-3), abrangendo as fozes dos rios Sauaçuhy, Pratagy e Jacarecica.

A atividade teve por finalidade subsidiar a análise acerca da viabilidade de implantação de passarelas sobre as fozes dos rios, bem como contribuir para a elaboração de projetos de requalificação urbana nos trechos compreendidos entre os acessos à praia, conforme deliberações previamente estabelecidas. Ademais, a visita permitiu a observação in loco de aspectos ambientais, urbanísticos e territoriais relevantes à gestão integrada da zona costeira.

O relatório sistematiza a identificação dos participantes, os principais registros efetuados em cada ponto visitado e as considerações técnicas apresentadas ao longo da atividade. Destacam-se, entre os temas abordados, a preservação dos ecossistemas costeiros — a exemplo de restingas, manguezais e sistemas estuarinos —, as intervenções antrópicas em áreas sensíveis, o manejo de resíduos sólidos, os critérios de infraestrutura na orla e os processos erosivos observados.

Ao consolidar as contribuições técnicas e institucionais produzidas durante a visita, o documento busca oferecer subsídios qualificados ao processo decisório, em consonância com as diretrizes do Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima de Maceió (PGI). Reforça-se, nesse contexto, a importância da implementação das ações prioritárias previstas no referido instrumento, bem como do aprimoramento contínuo das estratégias de planejamento e gestão da orla marítima.

PARTICIPANTES

Membros Comitê Gestor: Airton Omena (CAU); Assis Holanda (ILUMINA); Edna Andrade (FANDANGO); Gildo Santana (AAC); João Antônio (BIOTA); Kedyna Tavares (ALURB); Marisa Beltrão (IAB); Paula Rangel (IPLAM); Roberto Monteiro (IPLAM); Simone Ferreira (SEMTUR).

Convidados externos: Alisson Frazão (SECOM); Ana Madalena Sandes (MACEIÓ INVESTE); Bárbara Victória (IPLAM); Camilly Vitória (IPLAM); Gabriel Le Campion (UFAL); Gilton Moreira (SEMINFRA); João Pedro (IPLAM); Julia Ferreira (IPLAM); Laura Dantas (IPLAM); Maria Eduarda Pedrosa (IPLAM); Matheus Porciúncula (IPLAM); Maya Neves (IPLAM); Phelipe Ribeiro (IPLAM); Séfora Ferton (IPLAM); Victor de Castro (IPLAM).

DESENVOLVIMENTO DA VISITA TÉCNICA

A visita técnica teve início às 8h50, na sede do Instituto de Pesquisa, Planejamento e Licenciamento Urbano e Ambiental (IPLAM), de onde o grupo partiu, em ônibus, em direção à primeira parada do itinerário. Na ocasião, Paula Rangel apresentou aos presentes o roteiro programado e informou que o professor Gabriel Le Campion não pôde comparecer ao início da atividade em razão de imprevisto pessoal, mas que se integraria ao grupo assim que possível.

Durante o trajeto até a primeira parada, e considerando a ausência momentânea do professor, Marisa Beltrão realizou considerações acerca do manejo do sargaço. Foram destacados os problemas decorrentes do enquadramento inadequado do material orgânico como resíduo sólido, bem como os impactos associados à sua retirada por meio de maquinário pesado de tração, como tratores, prática que pode ocasionar danos significativos à biodiversidade costeira. Ressaltou-se que a faixa de areia constitui ecossistema marinho-costeiro com biodiversidade própria, demandando proteção específica. Também foi enfatizada a importância de compreender a presença do sargaço como parte de um processo natural do ambiente costeiro, cujo depósito e remoção ocorrem de forma espontânea em função dos ciclos das marés.

Marisa Beltrão sugeriu, ainda, a inclusão de uma passagem pelo trecho de Guaxuma após a segunda parada, em razão de obra recente de pavimentação executada com utilização de material asfáltico — em substituição a soluções mais permeáveis — e que resultou na supressão de coqueiros e outras espécies arbóreas na orla local.

Ao longo de todo o percurso, foram observadas, a partir do ônibus, a significativa distância entre os acessos à praia, a inexistência de acessos públicos abertos em

determinados trechos, bem como a ausência de sinalização adequada e de padronização nos acessos existentes.

Na primeira parada, o grupo deslocou-se a pé até a foz do Rio Sauaçuhy, onde Marisa Beltrão, Kedyna Tavares e Roberto Monteiro apresentaram considerações técnicas acerca das diferentes faixas da praia conforme o perfil costeiro, bem como sobre a variação da calha do rio. Foram discutidas a importância do respeito às dimensões mínimas para ocupação e as implicações relacionadas ao licenciamento ambiental nas áreas sensíveis do território.

Figura 1: Acesso à praia de Sauaçuhy



Fonte: SECOM Maceió (2025)

Figura 2: Foz do rio Sauaçuhy



Fonte: SECOM Maceió (2025)

Na segunda parada, o grupo desembarcou na orla da Praia da Sereia e seguiu a pé até a foz do Rio Pratagy. No local, João Antônio informou que o BIOTA realiza monitoramento contínuo da área e relatou que, em janeiro de 2024, foram encontrados exemplares de peixe-boi mortos na região. Segundo as análises realizadas, foram identificados indícios de contaminação química, tendo sido mencionada, como uma das possíveis causas, a obra de duplicação da AL-101 Norte.

João Antônio acrescentou que, em anos anteriores, o BIOTA buscou viabilizar a criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) intermediária entre as já existentes — a APA do Pratagy e a APA Costa dos Corais — com início na foz do Rio Meirim, como forma de fortalecer a proteção integrada do território costeiro.

Na ocasião, Paula Rangel informou que o IPLAM encontra-se em processo de elaboração de proposta para urbanização da orla da Sereia, destacando que já foi realizada oficina participativa no ano de 2025, como etapa preliminar de escuta e

construção coletiva. Kedyna Tavares registrou que a ALURB promove ações periódicas de conscientização e limpeza de praias, enquanto Marisa Beltrão enfatizou a importância de que tais iniciativas sejam contínuas e estruturadas como política permanente.

Durante a atividade, o professor Gabriel Le Campion integrou-se ao grupo e apresentou explanação técnica acerca da dinâmica das marés, da relevância dos sistemas estuarinos para o equilíbrio ambiental e da ocorrência de processos erosivos na zona costeira, ressaltando a necessidade de planejamento baseado em evidências científicas.

No trecho visitado, foi constatada a presença de escombros, entulho e outros resíduos dispostos na faixa de areia, evidenciando a necessidade de fortalecimento das ações de destinação adequada de resíduos sólidos, inclusive por meio da atuação dos Agentes de Educação Ambiental. Destacou-se, ainda, a pertinência de implantação de estruturas de apoio para pontos de coleta de materiais recicláveis e de resíduos de poda destinados à compostagem, como medida complementar às ações de gestão ambiental na orla.

Figura 3: Foz do Rio Pratagy



Fonte: SECOM Maceió (2025)

Figura 4: Foz do Rio Pratagy



Fonte: SECOM Maceió (2025)

Em razão do horário avançado, não foi possível realizar a passagem pela orla de Guaxuma, conforme sugerido por Marisa Beltrão no início da visita, ficando o registro da pertinência de inclusão do trecho em agenda futura.

Na parada seguinte, na foz do Rio Jacarecica, o grupo debateu questões relacionadas aos acessos à praia e ao padrão de ocupação edilícia no litoral norte. Kedyna Tavares, retomando as considerações anteriormente apresentadas por Marisa Beltrão, questionou o professor Gabriel Le Campion acerca do método mais adequado para a limpeza do sargaço na faixa de areia. O professor esclareceu que a coleta manual, com o auxílio de ciscadores, configura-se como a alternativa mais apropriada para esse tipo de ambiente, por reduzir significativamente os impactos sobre a biodiversidade local.

Airton Omena destacou a importância de promover uma mudança na narrativa turística relacionada ao sargaço, considerando que, conforme pontuado pelo professor, trata-se de elemento natural do ecossistema costeiro, cujo manejo deve observar critérios técnicos e ambientais, não sendo recomendada sua remoção indiscriminada. O professor Gabriel também ressaltou que a vegetação nativa — especialmente os ecossistemas de restinga e manguezal — constitui uma das soluções mais eficientes para a contenção da erosão costeira. Foi ainda observado que intervenções de contenção já executadas no trecho contribuíram para alterações no curso da foz do rio.

Marisa Beltrão levantou questionamentos acerca dos critérios adotados para a iluminação na orla, enfatizando que estes devem priorizar a preservação e conservação do ecossistema e da biodiversidade marinha, sobretudo no que se refere à adequação do tipo de iluminação, cor, intensidade, direcionamento e posicionamento do feixe luminoso.

Durante a vistoria, constatou-se a presença de construções irregulares em áreas ambientalmente sensíveis, como manguezais e restingas, além de edificações residenciais de grande porte implantadas em Áreas de Preservação Permanente (APPs). Foram apontados impactos significativos nesses biomas característicos de foz de rios, tais como pisoteamento, supressão e queima de vegetação nativa, bem como descarte irregular de resíduos sólidos.

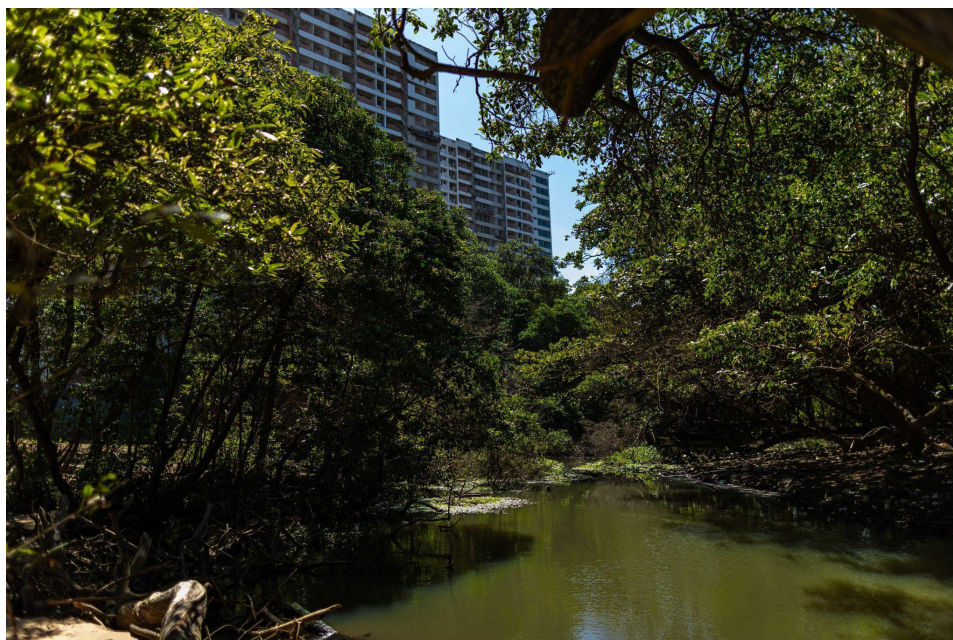
Também foi discutido o avanço dos processos erosivos na região, associados diretamente a intervenções antrópicas de maior impacto, como o uso intensivo de recursos naturais e o adensamento construtivo. O professor Gabriel alertou para os reflexos dessas dinâmicas sobre o ecossistema marinho e reforçou a importância da preservação e recuperação da vegetação de restinga, manguezais, matas ciliares e da proteção de encostas como medidas estruturantes para mitigação da erosão costeira.

Figura 5: Acesso à praia de Jacarecica



Fonte: SECOM Maceió (2025)

Figura 6: Rio Jacarecica com o edifício Evolution Sea Park ao fundo



Fonte: SECOM Maceió (2025)

Figura 7: Foz do rio Jacarecica



Fonte: SECOM Maceió (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Visita Técnica demonstrou-se relevante ao evidenciar a necessidade de implementação célere das Ações e Diretrizes previstas no Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima de Maceió (PGI), especialmente aquelas classificadas como de prazo imediato e de curto prazo, cuja efetivação se revela estratégica para a mitigação dos impactos já identificados no território costeiro.

Destaca-se, igualmente, a importância do fortalecimento do papel do Comitê Gestor no acompanhamento, na articulação interinstitucional e na participação nos processos decisórios relacionados às intervenções na orla marítima, de modo a assegurar maior integração entre planejamento, execução e observância das diretrizes ambientais e urbanísticas vigentes.

Por fim, ressalta-se a necessidade de conclusão do processo de revisão do Plano Diretor, considerando que a defasagem da legislação urbanística atualmente em vigor tem contribuído para o agravamento de conflitos territoriais, a consolidação de ocupações inadequadas e a vulnerabilização de áreas ambientalmente sensíveis, com repercussões diretas sobre a dinâmica costeira e a qualidade socioambiental do município.

RELATÓRIO DA VISITA TÉCNICA
PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA – PGI/AL
COMITÊ GESTOR DA ORLA DE MACEIÓ/AL
SOCIEDADE CIVIL E TÉCNICOS DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E
LICENCIAMENTO URBANO E AMBIENTAL – IPLAM

CONTEXTO:
DADOS LEVANTADOS PELA VISITA TÉCNICA NA UPA3 NO DIA 23 DE JANEIRO
DE 2026

COMPONENTES PRESENTE DA SOCIEDADE CIVIL:
AIRTON ROCHA DE OLIVEIRA JÚNIOR - CAU, EDNA ANDRADE DOS SANTOS -
AFCFPB, JOÃO ANTÔNIO DOS SANTOS, GILDO SANTANA DE SOUZA - AAC,
MARISA BELTRÃO MALTA - IAB

MACEIÓ 12 DE FEVEREIRO DE 2026

RESUMO:

A Visita Técnica de Campo ocorreu no dia 23 de janeiro de 2026, teve início às 8:30h e finalizou-se às 14:30h. Teve como objetivo acompanhar com os componentes do Comitê Gestor da Orla o cumprimento das Metas e Diretrizes sistematizados no documento final do Plano de Gestão Integrada da Orla – PGI/Maceió. Após 1 (um) ano da composição do Comitê Gestor da Orla do município de Maceió foi realizada a primeira visita “*in loco*”, de maneira a observar as interferências antrópicas ao longo da UP3, bem como, verificar quais Ações e Diretrizes foram implementadas. Tivemos 3 paradas (pré-estabelecidas) nas fozes dos Rios Sauaçuhy, Pratygy e Jacarecica. Entretanto, ao longo do percurso ocorreram algumas contribuições expositivas em fala, principalmente no que tange as intervenções incompatíveis com a implementação do PGI, tais como: 1)) Faixa areia, quanto aos impactos do maquinário pesado e veículos automotores, bem como, o tipo de iluminação pública, poda da vegetação da restinga e efeitos danosos sobre a biodiversidade marinha; 2) Pavimentação de vias, calçadas e acessos as praias com materiais impermeáveis; 3) Acessos as praias continuam sem implementação previstas no PGI como imediato e a curto prazo; 4) Falta de sinalização para identificação dos acessos às Praias, serviços, controle de velocidade ; 5) Ausência de ações de retirada de escombros e entulho da faixa de areia; 6) Uso antrópico e econômico em Área de Preservação Permanente - APP, pisoteamento, retirada da restinga e manguezal para construção de prédios, loteamentos, barracas e quadras para atividade esportiva; 7) Erosão marinha, faz-se urgente uma análise socioambiental do contexto das Bacias Hidrográficas para buscar soluções técnicas/científicas compatíveis para o controle, precaução e prevenção frente as Mudanças Climáticas e alerta a segurança hídrica em curso; 8) Educação Ambiental é conteúdo de sensibilização permanente e urgente para o Território do Litoral Norte frente aos impactos, negligenciados pelos órgãos de gestão, controle e fiscalização.

APRESENTAÇÃO

- 1) A Visita Técnica teve início a partir Av. Álvaro Atacílio do bairro da Jatiúca verso Litoral Norte. Foram feitas algumas pontuações de observação por Marisa (Ecóloga) se referindo primeiramente a necessidade de estudo de Impacto ambiental por profissionais da área oceanografia e biologia com o propósito de se fazer “recomendações” relativas ao manejo adequado do sargaço. A faixa de areia é um ecossistema marinho costeiro com biodiversidade característica e que precisa de proteção. Neste sentido, importante compreender o processo natural da presença do sargaço na faixa de areia em trechos do ambiente costeiro, seu depósito e remoção ocorre de espontânea através dos ciclos das mares. Posteriormente este tema foi explicado com louvor com a presença do Oceanógrafo Prof. Gabriel Le Campion - UFAL, que veio ao nosso encontro na Foz do Rio Pratagy. Ele explicou detalhadamente como é importante preservar e conservar o sargaço e recomendou a remoção manual de resíduos intrusivos antrópicos, a qual dispensa maquinário pesado; pois significativamente este impacta a biodiversidade do ecossistema costeiro. Foi também tratado sobre os critérios para iluminação do passeio da Orla, a qual não obedece aos critérios necessários para a preservação e conservação ecossistema e biodiversidade marinha. Trata-se de um tema recorrente em nossas reuniões ordinárias, faz-se necessário seguir as recomendações dos especialistas no que tange a adequação prevista na implementação do PGI, referindo-se ao tipo de iluminação, quanto a cor, intensidade, posicionamento do feixe de luz, etc.
- 2) Em todo trajeto de acesso a Litoral Norte até Ipioca não identificamos vias permeáveis para veículos automotivos, calçadas padronizadas e acessos as praias planejadas. As pavimentações recentes continuam utilizando o asfalto, inconformidade que não atende as prerrogativas previstas como forma de mitigar as altas temperaturas frente as mudanças climáticas em curso. Observou-se também a ausência de calçadas padronizadas para pedestres, cadeirantes, ciclovias - continuidade a partir de Guaxuma até

Ipioca. Vale ressaltar, que recentemente foram derrubados coqueiros e outras árvores na orla de Guaxuma e realizada a pavimentação com asfalto. Este fato chocou não apenas moradores, mas integrantes da Sociedade Civil representados no Comitê Gestor da Orla de Maceió. Outro exemplo, foi observado a recente pavimentação das vias internas do Residencial Sauaçuhy com material asfáltico e inclusive invadiu a área do manguezal.

- 3) Outro ponto recorrente nas reuniões do Comitê é a falta de planejamento e ordenamento dos acessos as praias. Tratam-se de um tema urgente diante dos problemas de acidentes nos poucos locais de acesso que se encontram em péssimas condições. Bem como, à falta de padronização, distanciamento não permitem o livre acesso aos moradores e frequentadores, principalmente, para pessoas cadeirantes. Em toda extensão da UP3
- 4) Igualmente recorrente é falta de sinalização adequada de identificação das Praias, bem como os acessos seus acessos, controle de velocidade, faixas de pedestres, serviços e outros continuam sem implementação.
- 5) A retirada dos escombros, entulho e outros resíduos da faixa de areia, em relação as ações pontuais de retiradas propostas não houve nenhum avanço. Assim como, resoluções compatíveis com o diálogo mantido com representantes da ALURB, SEMURB e comunidade local para um efetivo trabalho de destinação correta de resíduos sólidos através dos “Agentes de Educação Ambiental”, considerando inclusive a necessidade de se criar estruturas de apoio para pontos de coleta de materiais recicláveis e poda para compostagem.
- 6) Ao longo da UP3 se observa os impactos antrópicos sobre os ecossistemas protegidos, como: Manguezais, Restinga e Mata Atlântica. As edificações não atendem o distanciamento necessário para sua preservação e conservação das Áreas de Proteção Permanente - APP; neste sentido, observou-se a falta de ordenamento do território, que resulta em impactos severos nestes biomas característicos de foz de rios, como: pisoteamento, supressão e queima da vegetação, descarte de resíduos sólidos (lixo),

construções abusivas, etc. Considerando que estes ambientes são atrativos como áreas de lazer, faz-se necessário que a ALURB tenha um trabalho sistemático de Educação Ambiental.

- 7) A temática da Erosão Marinha precisa ser devidamente contextualizada, pois o reflexo do chamado “avanço do mar” não é um fenômeno isolado, este ocorre principalmente devido as intervenções antrópicas de impacto quanto ao uso dos recursos naturais e ocupação desordenada do território. Este processo foi continuamente observado durante todo percurso da visita e falado com propriedade pelo Prof. Gabriel, ao se referir ao processo de consequências em série quando há falta de ordenamento territorial da Zona Continental, isto acarreta impactos graves sobre o ecossistema marinho. Destacou a importância da preservação e conservação da vegetação de restinga, manguezais, matas ciliares e proteção das encostas como forma de mitigar a erosão marinha.

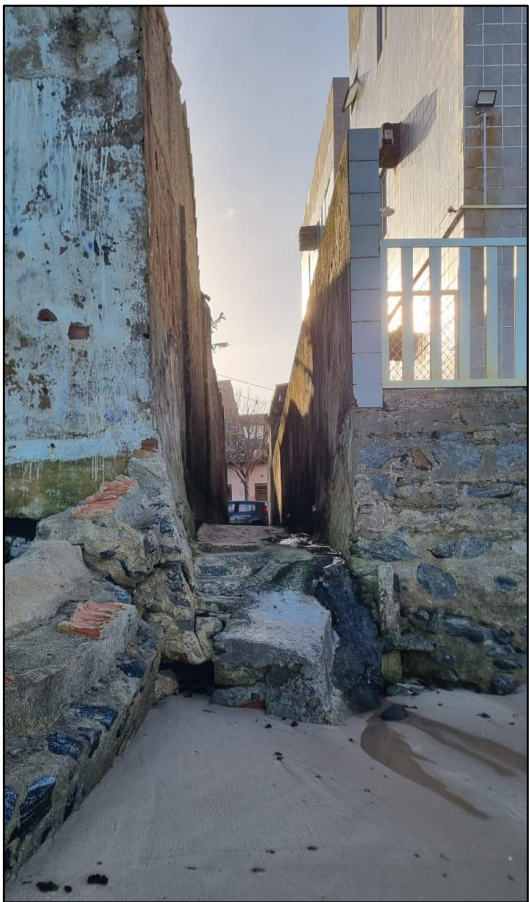
CONCLUSÃO:

A Visita Técnica serviu para constataremos que as Ações e Diretrizes do PGI/ORLA/Maceió já eram para terem sido implementadas em caráter de prioridade, principalmente aquelas previstas de imediato e curto prazo. Significativamente projetos de urbanização da ORLA e outras intervenções estão ocorrendo sem a consulta e deliberação do Comitê Gestor da Orla, a exemplo do Projeto do Passeio do Porto; instalação e privatização Econômica do empreendimento Roda Gigante; descontrol de passeios, festas e lazer realizadas na faixa de areia e nas piscinas naturais (recifes de corrais) com embarcações que impactam gritante sobre os ambientes marinhos; descontrol de festas, celebrações e outras. Estas atividades resultam na poluição sonora, descarte inadequado de resíduos sólidos, pisoteamento dos recifes de corrais, vegetação da restinga, bem como sobre habitat de animais marinhos e outros.

Outro ponto observado pelo COMITÊ GESTOR (sociedade Civil) no que tange aos estagiários, técnicos e profissionais que atuam nos órgãos, instituições públicas responsáveis na implementação ações e diretrizes discriminadas no documento base do PGI-Orla/Maceió/AL, principalmente após a reforma administrativa parte significativamente destes desconhecem o guia de ordenamento da ORLA de Maceió. Por lado, o PGI depende diretamente da IMPLANTAÇÃO DO PLANO DIRETOR, o qual passou pelos tramites de sua elaboração coletiva com participativa dos órgãos, instituições, sociedade civil organizada, etc. (novembro de 2024 – fevereiro de 2026). Atualmente se encontra estagnado pela gestão municipal de Maceió, fato de inconformidade aos interesses civis, fato que resulta na falta de ordenamento municipal, prevalecendo perniciosamente os interesses econômicos e vulnerabilidade territorial - socioambiental.

ANEXOS:

Sequência de fotografias que contextualizam os impactos socioambientais na UP3



FOTOS 1 E 2:

OBJETIVO DE
DEMONSTRAR AS
INCONFORMIDADES DOS
ACESSOS A PRAIAS DE
RIACHO DOCE E GARÇA
TORTA.



FOTO 3: OBJETIVO DE REGISTRAR OS ESCOMBROS AO LONGO DA FAIXA DE AREIA DAS PRAIAS DE GARÇA TORTA E RIACHO DOCE



FOTO 4: OBJETIVO DE REGISTRAR A VULNERABILIDADE DA BALANÇA DE PEIXE DE GARÇA TORTA FRENTE AO PROCESSO DE EROSÃO MARINHA



FOTO 5: OBRAS DE INTERVENÇÃO NA ORLA DA PRAIA DE GUAXUMA EM DESCONFORMIDADE COM A IMPLEMENTAÇÃO DO PGI



FOTO 6: OBJETIVO DEMONSTRAR TIPO DE CONSTRUÇÃO ABUSIVA NA PRAIA PRÓXIMO A FOZ DO RIO SAUAÇUHY – IPIOCA/AL



FOTO 7: POFESSOR GABRIEL CHAPIÓN (OCEONOGRÁFO CONVIDADO – UFAL) OBJETIVO DE PALESTRAR SOBRE IMPORTANCIA DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS MARINHOS, BEM COMO, DAS BACIAS HIDROGRAFICAS E ENCOSTAS NA PRECAUÇÃO E CONTROLE DA EROSÃO MARINHA